

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre os Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens – 14/07/2025 – Gerado por IA

Apresentado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, este resumo consolida as **334 participações dos cidadãos** durante a audiência pública realizada, em 14 de julho de 2025. O propósito deste documento é oferecer aos Senadores uma visão geral das percepções, preocupações e propostas da sociedade civil a respeito dos desafios e boas práticas na proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 334

Temas Principais:

- Efetividade e Aplicação do ECA e do Sistema de Garantia de Direitos (25%):** A maior parte das manifestações questiona a eficácia do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a capacidade do Estado em garantir sua aplicação. Cidadãos apontam a distância entre a lei e a realidade, a falta de recursos para os Conselhos Tutelares, a burocracia do sistema de justiça e a ausência de fiscalização. Há um clamor por ações concretas e pela responsabilização dos órgãos públicos.

Exemplo: “Como aplicar o ECA diante do sucateamento dos Conselhos Tutelares?” (Rafael V., RJ)

2. Crime, Violência e Segurança Pública (15%): Este tema agrupa preocupações com a violência sofrida e cometida por jovens. Muitos cidadãos defendem a redução da maioridade penal para crimes graves, argumentando que o ECA serve como escudo para a impunidade. Outros focam na necessidade de combater o aliciamento de jovens pelo crime organizado, a exploração sexual e a violência no ambiente digital e doméstico.

Exemplo: “*Quando a Lei nº 8.069, de 1990 será modificada para proteger os menores inocentes e a sociedade dos menores infratores?*” (Ronaldo M., PR)

3. Papel da Família, Deveres e Debates Morais (15%): Um número significativo de comentários aborda o papel da família em contraste com o da escola e do Estado. Há uma forte corrente que defende maior autonomia e responsabilidade dos pais na educação dos filhos, criticando o que percebem como "doutrinação" nas escolas. Também são frequentes as críticas a pais ausentes ou negligentes, com pedidos de sua responsabilização.

Exemplo: “*Como exigir qualidade da escola se muitas famílias sequer acompanham a lição de casa ou as reuniões pedagógicas?*” (Cristiano G., SP)

4. Educação, Escola e Formação (13%): As participações sobre educação são diversas. Incluem pedidos de valorização da carreira docente, críticas ao modelo de ensino, propostas para a inclusão de temas como educação sexual e direitos humanos no currículo, e um forte debate sobre o *homeschooling* (educação domiciliar) como um direito das famílias. A segurança nas escolas também é uma grande preocupação.

Exemplo: “*Visando a garantia da integridade da criança. Por que o Brasil não tem uma legislação para o Homeschooling?*” (Maria D., BA)

5. Mundo Digital, Mídia e Exposição Online (10%): Os riscos do ambiente digital são um tema de grande relevância. Os cidadãos pedem a

regulamentação das redes sociais para proteger crianças de conteúdos inadequados, cyberbullying, aliciamento e jogos de azar. A exposição excessiva de crianças por influenciadores digitais e pelos próprios pais também é alvo de críticas.

Exemplo: “Como proteger crianças e adolescentes no meio digital, prevenindo violações e, o mais importante, sem restringir a liberdade?” (Lucas L., SC)

6. Saúde e Bem-Estar (8%): A saúde mental de crianças e adolescentes é a principal preocupação nesta categoria. Os participantes demandam a ampliação do acesso a serviços de saúde mental, especialmente no ambiente escolar, e debatem os impactos do vício em telas e do consumismo precoce. A saúde de grupos específicos, como crianças autistas, também foi mencionada.

Exemplo: “Como garantir que a saúde mental de crianças, adolescentes e jovens seja prioridade nas políticas de proteção integral?” (Adriana N., BA)

7. Desigualdade Social e Direitos de Grupos Específicos (7%): Este tema reúne comentários que destacam como a desigualdade social, o racismo e a discriminação impactam a vida de crianças e jovens. Há menções específicas à necessidade de proteger crianças negras, jovens LGBTQIA+, crianças indígenas e aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Exemplo: “Acreditam que o racismo impacta o senso pertencimento e a construção da autoestima de criança negras? Como combater esse torpe cenário?” (Anna C., BA)

8. Trabalho Infantil e Profissionalização (7%): As opiniões sobre este tema são polarizadas. Enquanto alguns participantes defendem a erradicação do trabalho infantil, outros argumentam que o trabalho (em condições seguras) é uma ferramenta de disciplina e formação de caráter, criticando

a proibição generalizada e defendendo mais oportunidades de profissionalização para adolescentes.

Exemplo: *“Por que permitem menores de idade participarem de novelas e não é permitido filhos de trabalhador rural de 16 anos ajudarem os pais?” (Eulina M., BA)*

As participações dos cidadãos revelam um público engajado, mas que percebe uma lacuna significativa entre a legislação de proteção e sua aplicação prática. Os temas de maior destaque foram a inefetividade do ECA e do sistema de garantia de direitos, a segurança pública e a criminalidade juvenil, com posicionamentos frequentemente polarizados sobre a redução da maioridade penal e o papel da família *versus* o da escola na formação moral e educacional. Assuntos como os riscos do ambiente digital, a saúde mental e a necessidade de reformas na educação também foram centrais. Em suma, a vontade popular se divide entre a necessidade de um Estado mais presente e eficaz na aplicação das leis e a demanda por maior responsabilidade familiar e individual, refletindo a complexidade do debate sobre o futuro das novas gerações.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34445> .